

## **EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA: DEBATE SOBRE RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO**

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Cléo Ricardo B. Veiga<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho procura estabelecer as possibilidades de relação entre o trabalho e a educação, rumo a uma teoria de educação que esteja a serviço do processo de emancipação humana. Para isso, recuperar os fundamentos do trabalho, seus nexos internos essenciais, se fez necessário. Da mesma forma em que a busca da gênese do processo educativo, enquanto um complexo social parcial, fundado pelo trabalho, mas não-redutível a ele, foi outra preocupação constante do artigo. No campo da educação, a pedagogia histórico-crítica (PHC) tem o mérito de por o marxismo no centro do debate educacional e foi, por isso, uma interlocutora privilegiada no debate sobre a relação educação e trabalho. Na análise da PHC procura-se reafirmar a centralidade ontológica do trabalho como categoria fundamental na constituição do ser social, apontando críticas aos pressupostos centrais desta corrente pedagógica.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Pedagogia Histórico-Crítica.

**Abstract:** This paper seeks to establish the possibilities of relationship between work and education, towards a theory of education that is at the service of human emancipation process. To do this, retrieve the foundations of the work, its essential internal links, was necessary. Likewise in the search of the genesis of the educational process as a partial social complex, founded by the work, but not reducible to it-was another constant concern of the article. In education, the historical-critical pedagogy (HCP) has merit by Marxism in the center of the educational debate and was therefore a privileged interlocutor in the debate on education and work. In the analysis of HCP seeks to reaffirm the ontological centrality of work in the constitution as a fundamental category of social being, pointing out criticism of the central assumptions of this pedagogical stream.

Keywords: Work. Education. Historical Critical Pedagogy.

### **Introdução**

A possibilidade de uma pedagogia que seja parte constitutiva do processo de emancipação humana tem sido objeto de apaixonados debates entre os educadores e estudiosos do marxismo no Brasil.

---

<sup>1</sup> Mestrando da Pós-graduação em Serviço Social, UFAL

A fim de compreender as possibilidades da educação, empreendemos uma busca pela gênese, natureza e função social da educação. Ao buscar essa gênese, percebemos que não poderia haver educação se não houvesse sociedade. Nesse sentido, constatamos que o ser social tem origem anterior ao processo educativo.

Ao constatar que não pode haver educação sem sociedade, buscamos compreender a origem do ser social. Com base nos estudos da teoria marxiana, compreendemos que o trabalho é a atividade fundamental do surgimento do ser social. Todos os demais complexos sociais parciais tem sua origem, então, no trabalho.

Afirmar a prioridade ontológica do trabalho não quer dizer, de maneira nenhuma, que todas as atividades humanas são redutíveis ao trabalho. Ao afirmar a prioridade ontológica do trabalho apenas queremos chamar a atenção para o fato de que sem o trabalho não haveria sociedade humana, logo não nenhuma forma de sociabilidade.

Depois de buscar os fundamentos da formação do ser social e dos demais complexos sociais, inclusive a educação, fez-se necessário evidenciar do que se trata, na nossa compreensão – baseada nos estudos da teoria marxiana –, a emancipação humana em discussão.

Por fim, para analisar as possibilidades de relação entre o trabalho e a educação, baseado no estudo que fizemos, compreendemos que a pedagogia histórico-crítica é a corrente pedagógica, do campo da tradição marxista, que mais contribuições tem dado ao debate sobre uma pedagogia para a emancipação humana. Nesse sentido, procuramos debater pontos centrais da relação trabalho-educação, demarcando diferenças importantes na apreensão da categoria trabalho por essa corrente pedagógica.

## **A origem do ser social**

O pensamento marxiano parte de um pressuposto fundamental (e não arbitrário): os homens para “fazer história” precisam estar em condições de viver e se reproduzir. Para tanto é preciso produzir os meios para satisfazer as necessidades elementares de sua existência. Marx e Engels (2002) colocam a questão da seguinte forma:

(...) Somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades,

a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui uma fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como a milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida. (p. 21)

Como podemos ver, para Marx e Engels o primeiro ato histórico é o ato de produção da vida material. Essa produção se dá através da transformação da natureza, ou seja, através do trabalho. Nesse sentido os autores continuam afirmando que:

Produzir a vida, tanto a sua própria vida pelo trabalho, quanto a dos outros pela procriação, nos aparece portanto, a partir de agora, como uma dupla relação: por um lado como uma relação natural, por outro como uma relação social – social no sentido em que se estende com isso ação conjugada de vários indivíduos, sejam quais forem suas condições, forma e objetivos. (MARX, ENGELS, 2002, p. 23)

Os autores afirmam que há dois momentos indispensáveis da reprodução humana: o trabalho (reprodução social) e a procriação (reprodução natural). O trabalho, enquanto categoria fundante do ser social não prescinde da sua base natural pelo simples fato que sem reprodução biológica não pode haver ser social. Ou seja, a gênese do ser social não prescinde do ser natural, mais precisamente de sua esfera orgânica. E mesmo conservando sua autonomia, pois as leis sociais são de outra ordem, diferente das leis naturais, a base sobre a qual se ergue o ser social é o ser natural.

A produção da vida material, a produção das condições materiais da existência, não apenas não está desvinculada da sua base orgânica, mas dela depende ontologicamente. O trabalho funda, então, uma nova esfera do ser, a esfera do ser social que, embora guarde sua autonomia (sempre relativa) perante as demais esferas do ser, não prescinde das mesmas.

É através da produção das condições materiais de existência, precisamente pelo ato de trabalho, que o homem desvinculou-se da condição puramente natural, de se adaptar às intempéries da natureza para então dominá-la e colocá-la a sua disposição. Através desse ato de trabalho que o homem pode dar, para usar uma expressão do filósofo húngaro György Lukács, um *salto ontológico*, do ser natural orgânico para ser social. Ressaltamos que esse ato de trabalho é compreendido como uma atividade exclusivamente humana, tal como formulado por Marx (1996) em *O capital*:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da

melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem que subordinar a sua vontade. (p. 297-8)

Dessa maneira, podemos concluir, de acordo com Marx, que não é qualquer ação que modifique a paisagem natural que pode ser chamada de trabalho. O processo de trabalho possui características próprias que não dizem respeito a nenhum animal, por mais ‘evoluído’ que pareça ser. A antecipação na consciência dos resultados do trabalho (teleologia) é uma das características que só dizem respeito ao homem.

Também Lukács (s/d), servindo-se do trecho supracitado, afirma que aí está posta a centralidade do trabalho como fundamento do mundo dos homens. Isto se dá, sobretudo porque, por meio do trabalho, realiza-se um por teleológico (no âmbito do ser material) que dá origem a uma nova objetividade, tornando-se assim modelo de toda práxis social, ainda que interponha-se muitas e complexas mediações.

O trabalho funda, portanto, uma nova esfera do ser. Trata-se do ser social. O desenvolvimento desse ser só pode ser apreendido em sua totalidade e complexidade sob uma perspectiva histórica. É o desenvolvimento de posições teleológicas individuais (primárias e secundárias), a totalidade dessas posições, que conformam esse ser.

Sobre as posições teleológicas primárias e secundárias Lessa (2004), no seu estudo sobre a ontologia de Lukács, explica que:

Lukács denomina posições teleológicas primárias aquelas voltadas para à transformação da natureza, no processo de troca orgânica entre os homens e o ser natural. O segundo tipo de posição teleológica, aquela voltada à persuasão de outros indivíduos para que ajam de uma determinada maneira, é denominada de posição teleológica secundária. (p. 38-9)

As posições teleológicas primárias, por se tratarem do processo de troca orgânica entre os homens e o ser natural, dizem respeito a atividade do trabalho. As posições teleológicas secundárias estão cada vez mais presentes na medida em que o ser social se desenvolve e faz-se necessário o estabelecimento de mediações novas para a reprodução de dado estágio do desenvolvimento do ser social. Dessa forma, é preciso compreender como se articulam essas mediações sociais, precisamente a educação, para nos atermos ao objeto desse artigo – as relações possíveis entre a educação e o trabalho -, e o ato do trabalho.

## Educação e trabalho

Apontamos que o trabalho funda uma nova esfera do ser. Isso significa “apenas” que sem a atividade do trabalho não há possibilidade de existência humana. A complexificação do ser social exige outras mediações para além do trabalho, de forma a poder continuar a se desenvolver. Esse desenvolvimento se dá na contradição desenvolvimento/conservação, pois essas mediações surgem no intuito de conservar dada forma de sociabilidade de um determinado estágio do desenvolvimento do ser social.

Compreender os complexos sociais<sup>2</sup>, sua formação e desenvolvimento é fundamental para entender a gênese da educação, sua natureza e sua função social.

As primeiras comunidades humanas, para exemplificarmos, ao produzirem as primeiras e rudimentares ferramentas precisaram fazer com que o conhecimento dessa produção (quais materiais usar, como proceder na confecção da ferramenta, etc.) não morresse com seu criador. Dessa forma, foi preciso transmitir esses conhecimentos – ainda que de maneira imbricada com o processo de trabalho -, de forma que toda a comunidade pudesse se apropriar desse conhecimento, para assim poder continuar produzindo essas ferramentas e desenvolvendo-as.

O trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, funda os demais complexos sociais parciais, inclusive a educação. Muito embora o trabalho seja a categoria fundante da educação, esta não pode ser reduzida, ou mesmo deduzida, ao processo de trabalho. Há uma relação de dependência ontológica. Sem o trabalho não haveria possibilidades de haver educação. Não há, inclusive, e nem pode haver, uma relação de identidade entre trabalho e educação. São duas posições teleológicas de caráter distinto, conforme indicamos anteriormente. Sobre a relação do trabalho com a educação, afirma Tonet:

Embora a categoria da educação integre a categoria trabalho, as duas não se confundem. Para nós, como já evidenciamos, o trabalho é um ato de transformação da natureza. Nesse caso, portanto, a ação do sujeito se exerce sobre uma “matéria-prima” cuja a natureza é completamente diferente da “matéria-prima” do ato educativo. (...) Em resumo, o trabalho é uma mediação entre o homem e a natureza, ao passo que a educação é uma mediação entre o homem e a sociedade. (TONET, 2005, p. 217-218)

---

<sup>2</sup> Esse artigo não pretende aprofundar a discussão sobre o complexo de complexos que conforma a totalidade social, por estar muito além da especificidade do seu tema. No entanto, para buscar maiores informações consultar Lessa, S. *Para compreender a ontologia de Lukács*. Edufal, Maceio: 2004.

Essa dependência ontológica da educação para com o trabalho não impede que haja uma autonomia relativa entre ambos. Em outros termos, podemos dizer que mesmo o trabalho sendo a categoria fundamental da existência do ser social, portanto fundante de todas as outras dimensões sociais, todas essas dimensões não são redutíveis ao trabalho, muito menos iguais. Cada dimensão do ser social possui uma autonomia relativa em relação ao trabalho para poder exercer a sua função social específica. Assim sendo, também a educação possui essa autonomia relativa para cumprir a sua função social<sup>3</sup>.

Tendo já chamado a atenção para a dependência ontológica da educação para com o trabalho e para a autonomia relativa, que todas as dimensões sociais possuem para poder cumprir suas funções sociais, com relação ao próprio trabalho, resta-nos apontar a determinação recíproca de todas as dimensões sociais. Acerca dessa relação, Tonet aponta que:

Na medida em que, a partir do trabalho, surgem outros momentos específicos da atividade humana e na medida em que há, entre aquele e estes uma dependência ontológica e uma determinação recíproca, determinação que também existe os diversos momentos, então o ser social se põe, na bela expressão de Lukács, como um *complexo de complexos*. (grifo do autor) (TONET, 2005, p. 68)

Essa relação de determinação recíproca indica que todos os momentos da vida social se determinam mutuamente, inclusive o trabalho e a educação. Podemos concluir que não há nem uma determinação unilateral da educação (ou dos demais momentos da atividade humana) pelo trabalho, nem, muito menos, o contrário, haja vista a dependência ontológica da educação para com o trabalho. Ambos os momentos se determinam, muito embora seja o trabalho o momento predominante.

O trabalho, portanto, funda todas as esferas do ser social. Essa relação de dependência ontológica não suprime uma relativa autonomia das demais dimensões sociais perante o trabalho. E, na totalidade social, todas essas dimensões do ser social se determinam reciprocamente, o que não ignora a fundamental importância do trabalho na fundação e composição do ser social.

---

<sup>3</sup> Não se trata, ainda, de discutir o caráter histórico-concreto da educação. Trata-se aqui de apontar as relações de dependência ontológica da educação para com o trabalho e a autonomia relativa dos complexos sociais parciais para exercer sua função social.

## A emancipação humana

Compreendida a gênese do ser social, através da mediação do ato de trabalho e apontada a sua estrutura de complexo de complexos, através da análise da relação trabalho e educação, buscaremos os elementos para a compreensão de uma sociedade emancipada.

Marx desenvolveu o conceito de emancipação humana a partir da análise do desenvolvimento do ser social. O conceito da emancipação humana foi elaborado na polêmica sobre os limites da emancipação política. Embora esse conceito tenha sofrido tantas deformações, buscaremos os fundamentos da possibilidade da emancipação humana. Em sua obra *Educação, cidadania e emancipação humana*, Tonet (2005) levanta como questão preliminar a ideia de que a:

Emancipação humana, para Marx, nada mais é do que outro nome para comunismo, embora a primeira enfatize a questão da liberdade e o segundo o conjunto de uma nova forma de sociabilidade (TONET, 2005, p.127)

Nesse sentido, compreendemos a emancipação humana como (a possibilidade de) um estágio avançado de desenvolvimento do ser social, para além da sociabilidade capitalista. Esse estágio avançado é o modo de produção comunista, baseado no trabalho livremente associado. Marx e Engels asseveram que:

Para nós o comunismo não é nem um *estado* a ser criado, nem um *ideal* pelo qual a realidade deverá se guiar. Chamamos de comunismo o movimento *real* que supera o estado atual de coisas. As condições desse movimento resultam das premissas atualmente existentes. (grifos dos autores) (MARX; ENGELS, 2002, p. 32)

A emancipação humana, ou comunismo, é o movimento real que pode ser atingido a partir do estado atual de coisas. Não é fruto da vontade, mas uma possibilidade, se a humanidade resolver por esse caminho seguir. Mas quais as possibilidades da humanidade ser livre? De emancipar-se totalmente? E por que a emancipação humana é superior a emancipação política?

Na polêmica travada com Bruno Bauer sobre a emancipação do judeu, Marx (2002, p. 15) aponta que “a formulação de uma questão é a sua resolução”. Essa constatação surge a partir da questão formulada por Bruno Bauer, onde a emancipação do judeu é a sua renúncia da religião para poder participar enquanto cidadão do Estado.

(...) No conceito de Bauer, a questão judaica tem uma acepção mais ampla, independente das condições caracteristicamente alemãs. É o problema da relação entre religião e Estado, da contradição entre preconceito religioso e emancipação política. A emancipação da religião põe-se como pré-requisito, quer ao judeu que aspira à emancipação política, quer ao Estado que o deveria emancipar-se a si próprio. (MARX, 2002, p. 15)

Para Bauer, existe um sério problema entre a religião e o Estado, onde determinado Estado baseado em alguma religião vai sobrepujar os cidadãos de outras religiões. Além disso, Bauer defende o fim da religião de Estado como forma de tirar da vida política o poder religioso, chegando assim a emancipação política. Marx questiona a formulação de Bauer:

Até aqui, sobressai a formulação *unilateral* da questão judaica. Não seria o bastante se perguntar a quem deve emancipar? Quais homens deverão ser emancipados? A análise teria ainda de fazer uma terceira pergunta: *que espécie de emancipação* está em questão? Que condições se tornam fundamentais na essência da emancipação que se procura? Na *geral questão da época*, a crítica da própria *emancipação política* era apenas a crítica final da questão judaica e sua dissolução. (grifos do autor) (idem, p. 17)

A partir da reformulação da questão, Marx põe-se a desconstruir a argumentação de Bauer: qual a emancipação está em questão? Nesse sentido, prossegue sua crítica:

(...) Observamos o equívoco de Bauer no fato de só submeter à crítica o ‘Estado Cristão’, e não o ‘Estado enquanto tal’, de não examinar a relação entre emancipação política e emancipação humana e, portanto, de colocar condições que só se explicam pela confusão a crítica da emancipação política e da emancipação humana universal. (idem, p. 17)

Imaginar que o Estado pode emancipar-se extinguindo a religião e tornando todos os indivíduos do Estado cidadãos é pensar no limite da emancipação política. Não questionar as bases da necessidade de um Estado, sua função social, é não vislumbrar o horizonte da emancipação humana.

A grande questão aqui é que o desenvolvimento social, o desenvolvimento do ser social, baseado no avanço das forças produtivas e na divisão social do trabalho, alcança sua maturidade com a deflagração da Revolução Industrial e as Revoluções Burguesas. Dessa forma, muitos teóricos, a exemplo de Bruno Bauer identificam esse desenvolvimento alcançado pelo ser social como a sua máxima expressão, formulando suas teorias dentro do limite permitido pela emancipação política. Marx (2002) vai além e conclui que:



Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua própria vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (p. 37)

Dessa maneira, somente superando a alienação do poder social em poder político é que se completará a emancipação humana. Em outros termos, podemos dizer que somente em uma sociedade livre do Estado, baseada em outro tipo de organização do trabalho, é que se completará a emancipação humana.

Mas é possível se chegar a essa emancipação? Compreendendo que o ser social é puramente histórico, que nenhuma outra força estranha aos homens direciona os caminhos da humanidade, toda forma de sociabilidade humana é fruto da própria ação humana, sendo da mesma maneira possível sua transformação.

Ainda assim, apontando a especificidade própria do social, alguém poderá indagar: mas o homem sendo egoísta e mesquinho por natureza, poderá alcançar a emancipação humana? Esse é precisamente o argumento central de toda a teoria liberal. A natureza essencial do homem seria egoísta, pois os homens nascem livres e iguais, mas a sua essência é se aproveitar dos outros para conseguir sempre mais. Dessa forma, tirar o homem do seu “estado de natureza” é garantir que eles possam viver em comunidade sem entrar em uma luta fratricida de todos contra todos. Assim, é preciso garantir direitos para que possam viver e se reproduzir.

Entretanto, como vimos estudando, o ser social surge a partir do trabalho e seu desenvolvimento é histórico, fruto das posições teleológicas dos próprios homens. A essência humana não paira ou é dada por uma mente brilhante que a descobre. A essência é formulada historicamente a partir do desenvolvimento do próprio ser social. Os teóricos liberais tomam a *essência do homem sob a égide do capital* como a *essência humana universal*.

Portanto, não há verdadeiros impeditivos essenciais para que o homem possa destruir essa forma de sociabilidade burguesa que limita e desumaniza o próprio homem. Como o desenvolvimento do ser social é puramente histórico, cabe apenas a própria humanidade resolver os problemas postos para alcançar a emancipação humana.

## O trabalho e a educação: debate com os pressupostos da pedagogia histórico-crítica

Já apontamos como surge a educação, sua dependência ontológica para com o trabalho, sua relativa autonomia enquanto um complexo parcial que tem uma função específica para cumprir e que todos os complexos sociais se determinam reciprocamente. Sendo assim, como também a educação determina os outros complexos – ainda que a prioridade ontológica seja do trabalho – podemos dizer que a educação pode contribuir de alguma maneira para a emancipação humana.

O debate sobre uma pedagogia que esteja comprometida com a possibilidade concreta de emancipar o homem está em pleno desenvolvimento e não pretendemos, de maneira alguma, apontar sínteses finais desse debate nesse artigo.

No Brasil, existe uma corrente pedagógica conhecida por *pedagogia histórico-crítica* (PHC), que tem como um dos principais pensadores o professor Dermeval Saviani. Essa corrente, tendo sua gênese no ano de 1979, situa-se no fim da ditadura militar brasileira e também no fim da guerra fria. Ela tem o mérito de trazer o marxismo para o centro do debate na pedagogia. Como se sabe, a tradição marxista possui grandes intérpretes, pensadores que se apropriaram da teoria marxiana e servem, muitas vezes, de referência para pesquisadores de todo o mundo. A PHC, embora tenha suas bases na tradição marxista, privilegia o filósofo italiano Antônio Gramsci para sustentar suas teses fundamentais.

Uma análise de todo o corpo teórico da PHC e suas fontes exigiria muito mais que os limites desse artigo pode comportar. Ademais, ultrapassa muito o propósito desse texto. Interessa-nos, apenas, apontar os fundamentos dessa corrente pedagógica, por se tratar de uma perspectiva que defende o marxismo dentro da Educação. A partir desse apontamento buscaremos compreender quais as possibilidades e limites que a PHC contém para a efetivação da emancipação humana.

A primeira relação que chama a atenção é entre educação e trabalho. Para Saviani (2007), entre trabalho e educação estabelece-se uma relação de identidade. Sobre essa questão, Saviani escreve:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem que ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um processo de trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a

origem do homem mesmo. Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. (2007, p. 154)

O fato de surgirem no mesmo momento é chave, então, para Saviani estabelecer uma identidade entre trabalho e educação. Não há uma negação que o trabalho seja a categoria fundamental da existência humana, porém, identificar trabalho e educação parece negar a afirmação feita anteriormente.

Como a PHC situa-se no campo da tradição marxista, e também nós temos essa pretensão, analisemos, então, o que Marx diz sobre a natureza do processo de trabalho. Em *O capital*, Marx escreve que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, controla e regula seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (MARX, 1996, p. 297)

Para Marx, então, o processo de trabalho deve comparecer o homem e a Natureza, de forma que o homem, utilizando a força natural de sua corporalidade, apropria-se da matéria natural de uma forma útil a sua própria vida. Imediatamente surgem questões que precisam ser respondidas: no processo educativo comparecem o homem e a Natureza? O homem apropria-se da matéria natural em uma forma útil para a sua própria vida? Voltaremos a essas questões.

Após afirmar que o processo de trabalho e educação estabelecem uma relação de identidade, Saviani, de maneira lógica e coesiva, argumenta que a categoria da educação estaria então contida na categoria “trabalho não-material”. Dessa forma, afirma:

(...) Para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto do conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). Tais aspectos, na medida em que são objetos de preocupação explícita e direta, abrem a perspectiva de uma outra categoria de produção que pode ser traduzida pela rubrica de “trabalho não-material”. Trata-se aqui da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana. Obviamente, a educação situa-se nessa categoria da trabalho não-material. (SAVIANI, 2008, p. 12)

A categoria do “trabalho não-material”, segundo nos informa Saviani em nota de rodapé, consta no tão controvertido *Capítulo VI (inédito)*, que atribui-se autoria a Marx, mas que não foi publicado com o restante da obra de *O capital*. Dessa maneira, muitos estudiosos não atribuem a mesma importância da obra a esse capítulo. Deixemos, no entanto, a polêmica para outra ocasião. Sobre a questão da “produção não-material”, escrevem Marx e Engels:

A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui como a emanção direta de seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, na das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc. de todo um povo. São os homens que produzem suas representações, suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas que estas podem ter. A consciência nunca pode ser mais que o consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX; ENGELS, 2002, p.18-19)

A produção das ideias, das representações, para Marx e Engels, tem uma relação direta com sua base material. Essas ideias tem, então, uma determinação ontológica que é a própria produção da vida material. E essa vida material só se produz pelo processo de trabalho.

Mantendo a sua coerência argumentativa, Saviani depois de afirmar que educação e trabalho mantém uma relação de identidade e que a categoria da educação está contida na categoria de “trabalho não-material”, lança mão, então, da categoria basilar da PHC, o trabalho educativo. Para ele, o trabalho educativo é “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2008, p. 13). E prossegue, afirmando que:

(...) O objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (idem, p. 13)

Dessa maneira, o “trabalho educativo” encontra correspondência total com o processo de trabalho, tal como Marx (1996, pp. 298-9) o descreveu: é uma “produção” (pois produz a humanidade em indivíduos singulares), tem um “objeto de trabalho” (a identificação dos elementos culturais a serem transmitidos) e “meios” (as formas mais adequadas de transmitir

esses elementos culturais). Nessa categoria do “trabalho não-material”, o produto é consumido ao mesmo tempo em que é produzido (SAVIANI, 2008, p. 13).

Analisemos agora o que Marx escreve sobre o produto do trabalho:

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. *O processo extingue-se no produto*. Seu produto é um valor-de-uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma de ser, do lado do produto. Ele fiou e o produto é um fio. (MARX, 1996, p. 300)

Para Marx, como podemos constatar, o produto do trabalho é uma objetivação material, uma objetivação de um objetivo que o trabalhador antecipa na consciência. O resultado é um valor-de-uso, pois adaptou-se às necessidades humanas.

### **Considerações Finais**

Acreditamos que os elementos apontados sobre a PHC nessa discussão são os fundamentos sobre qual se ergue toda a teoria desta corrente pedagógica. Retomemos, então, algumas questões.

Afirmamos anteriormente, que o trabalho funda o ser social. E, dessa forma, todos os demais complexos sociais. Saviani não nega que o trabalho seja o fundamento do ser social, mas, ao afirmar que entre o complexo da educação e do trabalho há uma relação de identidade, acaba com o primado ontológico do trabalho. Senão, vejamos.

Se trabalho e educação são a mesma coisa, podemos inferir que a educação funda o ser social. No entanto, não é isso que Marx aponta. O homem, para “fazer história” precisa, antes de qualquer coisa, estar em condições de viver e se reproduzir. Essas condições são sanadas pelo ato de trabalho e não pelo ato educativo. Entre aprender fazer e fazer há uma distinção ontológica. O processo de trabalho tem especificidades distintas do processo educativo. Marx assevera que para ocorrer o processo de trabalho é preciso comparecer o homem e a Natureza. No processo educativo não há essa exigência, ao contrário. Para haver um processo educativo é preciso que compareçam homens e homens. Como podem ser, essas duas categorias, idênticas? São ontologicamente distintas, são posições teleológicas completamente diferentes, conforme indicamos, baseado em Marx e Lukács.

Ao perder a base ontológica no seu processo de análise da categoria trabalho, a PHC necessita então “ampliar” arbitrariamente a categoria trabalho. Dessa maneira, o conceito de “trabalho não-material”, vem a calhar. Analisemos a questão. Marx afirma, conforme vimos, que o processo de trabalho ocorre quando o homem, com sua corporalidade (mãos, braços, cabeça, etc.), comparece, junto com a Natureza, em um intercâmbio material, cujo resultado é um valor-de-uso, adaptado às necessidades humanas. No processo educativo, como pode-se constatar empiricamente, não há intercâmbio entre o homem e a Natureza e o “produto” do ato educativo não é um valor-de-uso adaptado às necessidades humanas. Somente com a criação de uma nova categoria, o “trabalho não-material”, é que a educação pode, segundo a PHC, se enquadrar como um processo de trabalho.

E enquadrando-se como um processo de trabalho surge, conseqüentemente, o “trabalho educativo”. Essa é outra categoria que não parece encontrar correspondência na teoria crítica marxiana. No processo de trabalho exposto por Marx (1996, p. 298-9), o objeto de trabalho é uma matéria-prima já processada por outro trabalho, o meio de trabalho é uma coisa ou complexo de coisas que está entre o trabalhador e o objeto de trabalho e do qual o trabalhador utiliza as propriedades químicas, mecânicas e físicas para atuar sobre o objeto para transformá-lo, conforme seu objetivo (atividade voltada para um fim). Tendo esse processo como modelo, a PHC transforma os elementos culturais a serem transmitidos em objeto do “trabalho educativo” e as formas adequadas de transmitir esse conhecimento em “meios de trabalho”.

Sem a pretensão de esgotar um debate que identificamos em pleno desenvolvimento, a nossa intenção aqui, ao levantar esses pontos da PHC, que acreditamos serem centrais, é apontar criticamente o que entendemos ser possíveis limitações dessa corrente pedagógica que, repetimos, tem o mérito de colocar no centro do debate educacional a teoria marxista.

## REFERÊNCIAS

- LESSA, S. *Para compreender a ontologia de Lukács*. 3 ed. Maceió: Edufal, 2004.
- LUKÁCS, G. O trabalho. in *Por uma Ontologia do Ser Social*. Tradução: Ivo Tonet. Mimeo. S/D.
- MARX, K.. *O capital*. Crítica da economia política Livro I, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural ltda, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos históricos e ontológicos. In *Revista Brasileira de Educação*. v.12, n. 34. p. 152-165, jan./abr. 2007.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 10 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- TONET, I. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2005.